

ESCOPOS TEMÁTICOS: DE "O CRONISTA (1535)" A "O BISPO NEGRO (1130)", DE ALEXANDRE HERCULANO

THEMATIC SCOPE: FROM "O CRONISTA
(1535)" TO "O BISPO NEGRO (1130)", BY
ALEXANDRE HERCULANO

Eduardo Soczek Mendes¹

RESUMO

Na profícua tradição folhetinesca do século XIX, o autor português Alexandre Herculano (1810-1877) publicou a narrativa "O Cronista (1535)", em 1839. Posteriormente, em 1851, coligiu, em tomos, alguns dos textos ficcionais que haviam sido veiculados em folhetins sob o título **Lendas e Narrativas**. No livro, "O Cronista (1535)" foi reeditado como "O Bispo Negro (1130)". Contudo, não ocorreu apenas uma modificação no título: o que houve foi uma remodelação da narrativa em questões de ambiência temporal, mas também de escopo temático central. Neste estudo, com o auxílio das propostas de Eduardo Lourenço (1999; 2016), João da Rocha Oliveira e Silva (2014) e Maria de Fátima Marinho (1999; 2013), dentre outros autores, analisamos as modificações realizadas entre os dois textos e os possíveis motivos para a reedição.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandre Herculano. "O Cronista (1535)". "O Bispo Negro (1130)". **O Panorama. Lendas e Narrativas**.

ABSTRACT

In the fruitful feuilleton tradition of the 19th century, the Portuguese author Alexandre Herculano (1810-1877) published the narrative “O Cronista (1535)” in 1839. Later, in 1851, he collected, in volumes, some of the fictional texts that had been published in serials under the title **Lendas e Narrativas**. In the book, “O Cronista (1535)” was republished as “O Bispo Negro (1130)”. However, the alteration involved more than a mere change in the title: what happened was a remodeling of the narrative in terms of temporal ambience, but also of central thematic scope. In this study, with the help of proposals by Eduardo Lourenço (1999; 2016), João da Rocha Oliveira e Silva (2014) and Maria de Fátima Marinho (1999; 2013), among other authors, we analyze the changes made between the two texts and the possible reasons for the reissue.

KEYWORDS: Alexandre Herculano. “O Cronista (1535)”. “O Bispo Negro (1130)”. **O Panorama. Lendas e Narrativas**.

INTRODUÇÃO

Alexandre Herculano (1810-1877), autor português, reeditou em tomos, sob o título **Lendas e Narrativas** (1851), alguns textos ficcionais que foram veiculados em **O Panorama** e em **A Ilustração**, conhecidos periódicos oitocentistas de Portugal². O pioneirismo do autor, como introdutor do romance histórico em nosso vernáculo, é conhecido não apenas pela advertência à primeira edição da coletânea em volumes — segundo a qual essas ficções seriam “[...] as primeiras tentativas do romance histórico que se fizeram na língua portuguesa”³ (Herculano, 19-- , p. vi) —, mas exatamente porque, de fato, Herculano fora o primeiro a empreender a escrita de narrativas históricas modernas e porque deu ao romance histórico em Portugal, sob as inspirações de Sir Walter Scott (1771-1832) e de Victor Hugo (1802-1885), a “cor local”: “[...] o autor se via de criar a substância e a forma; porque para o seu trabalho faltavam absolutamente os modelos domésticos” (Herculano, 19-- , p. v-vii). Por isso, o escritor se empenhou para que esses textos, “[m]onumentos dos esforços do autor para introduzir na literatura nacional um gênero amplamente cultivado nestes nossos tempos em todos os países da Europa” (Herculano, 19-- , p. vi), não se perdessem no esquecimento, como soe acontecer com os periódicos.

Sabemos que, em diálogo com o seu tempo, Herculano fundou uma longínqua tradição de romances históricos — ele mesmo tinha consciência disso, pois refere, em sua advertência, que os seus textos “[...] foram a sementinha de onde proveio a floresta” (Herculano, 19-- , p. ix). E, de fato, a ficcionalização da História se fez presente do século XIX até os dias de hoje: praticamente coetâneos a Herculano, mas após a publicação dos textos folhetinescos do autor, Almeida Garrett (1799-1854), Rebelo da Silva

(1822-1871), Andrade Corvo (1824-1890) e Camilo Castelo Branco (1825-1890) cultivaram, cada um a seu modo, tal gênero literário em Portugal. No Brasil, a título de ilustração, José de Alencar (1829-1877) também escreveu romances históricos. Na contemporaneidade, acompanhando as mudanças nos próprios estudos historiográficos e as tendências estético-literárias, a revisitação ao passado segue muito apreciada em obras de Agustina Bessa-Luís (1922-2019), José Saramago (1922-2010) e Ana Miranda (1951), por exemplo. Em outras palavras: de fato, os textos folhetinescos de Herculano — sobretudo os posteriormente coligidos em **Lendas e Narrativas** — foram as sementes de uma diversa e colossal floresta.

Dada a importância e o pioneirismo da obra de Herculano, analisaremos, neste trabalho, como se deu a transposição de “O Cronista (1535)”⁴, publicada em folhetins em **O Panorama** e modificada, posteriormente, para a edição em volumes, passando a ser intitulada “O Bispo Negro (1130)”, conforme fora coligida no segundo tomo de **Lendas e Narrativas**. Todavia, não há apenas a alteração de título: do folhetim ao volume, há realmente uma considerável modificação na narrativa — altera-se a ambiência histórica, do século XVI para o século XII; alteram-se os discursos dos narradores; altera-se o escopo temático: na versão folhetinesca com uma profunda denúncia contra o Ultramontanismo⁵, que não desaparece totalmente da versão em livro, mas, flagrantemente, cede lugar às discussões sobre as míticas da origem de Portugal. Visamos, portanto, neste estudo, verificar como atuou o autor na correção do texto e como essas modificações alteraram o escopo temático da narrativa.

Para tanto, iniciaremos as nossas discussões pela averiguação geral do projeto divulgador de cultura letrada de **O Panorama** e pelo contexto da veiculação de narrativas de ficção histórica — que resguardam características de romance histórico oitocentista — em folhetins. Igualmente, passaremos por uma abordagem comparativa entre “O Cronista (1535)” reeditado em “O Bispo Negro (1130)”: averiguaremos a remodelação da narrativa, as alterações principais no texto e os possíveis motivos de, em folhetim, a centralidade estar muito mais voltada para o combate ao Ultramontanismo, enquanto que, no livro, a temática se voltar às origens pátrias, sem menção aos mitos fundantes de Portugal. Para levar a cabo os nossos intentos, debateremos, principalmente, com as propostas de Eduardo Lourenço (1999; 2016), João da Rocha Oliveira e Silva (2014) e Maria de Fátima Marinho (1999; 2013).

O PANORAMA: INSTRUIR (TAMBÉM) PELA LITERATURA

Mesmo após deixar a direção de **O Panorama** — função que desempenhou entre 06 de maio de 1837 e 13 de julho de 1839 (Silva, 2014, p. 150) —, Herculano continuou a contribuir com o periódico e não redigiu apenas textos de ficção, mas também outros estudos e opúsculos com reflexões acerca de assuntos que estavam na “ordem do dia”.

Como bem propõe Roger Chartier (2022), “[e]ditar e traduzir, mas também escrever e ler são práticas que estão sempre inseridas em momentos particulares” (Chartier, 2022, p. 19). Dito de outro modo: há um contexto maior que está compondo com o texto literário. Também há o próprio veículo de publicação, o que difere, obviamente, um periódico de um livro impresso. Pensemos, portanto, em **O Panorama**: foi um semanário editado sempre aos sábados, que teve um considerável tempo de existência — entre 1837 e 1841; posteriormente, entre 1842 e 1844; tendo também algumas séries, esparsas, até 1868 (Silva, 2014, p. 1). O próprio nome do jornal já dá um pouco a ideia ao que se propunha: uma visão panorâmica sobre os mais diversos assuntos ou, como bem descreve João Lourival da Rocha Oliveira e Silva, “[...] um discurso enciclopédico, que explorou um vasto número de temas” (Silva, 2014, p. 251, grifos nossos), incluindo a produção literária. Frisamos: **O Panorama** fora um veículo para promover a instrução e divulgar a literatura — visto que esse era o seu subtítulo — e se destinava, mormente, às classes letradas, mas que nem sempre teriam acesso ao ensino acadêmico. Ou seja: “Lançado pela Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis” (Silva, 2014, p. 101) num projeto liberal e na crença da promoção da liberdade pelo conhecimento, **O Panorama** propunha-se à formação burguesa, generalista e enciclopédica. Portanto, muito assertivamente designa Silva (2014, p. 161), em uma das seções de seu estudo, que **O Panorama** foi a materialização discursiva de um ideal.

Foi nesse semanário que Herculano publicou, pela primeira vez, “O Cronista (1535)”, texto breve, mas resguardando as características oitocentistas do romance histórico que, como bem sintetiza Maria de Fátima Marinho (1999): “Trata-se de um *gênero híbrido*, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance, e de uma certa *verdade*, apanágio do discurso da História” (Marinho, 1999, p. 12, grifos da autora). Em outras palavras: é um texto literário que ficcionaliza o passado, com referenciais históricos. Contudo, segundo Eduardo Lourenço (1999): “Os românticos não viajam em direção ao passado, antes trazem o passado para o presente” (Lourenço, 1999, p. 59). Isto é: reelaboram e repensam momentos-chave da História com os olhares e as interpretações contemporâneos. Por isso, os romances históricos, que versam sobre um período pretérito, também fomentam reflexões sobre o presente:

Se Herculano se descobre e inventa romancista pseudomedievalizante e historiador, não é por amor do passado enquanto tal, por mais glorioso, mas como prospector do tempo perdido de Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão e militante num presente enevoado e oscilante. Só assim julga possível modelar o perfil futuro da incerta forma histórica em que se converteu a sua pátria. (Lourenço, 2016, p. 101)

Segundo Lourenço, Herculano não é, simplesmente, um saudosista do passado: a sua produção literária visa “[...] uma pátria *a ser feita* e não apenas *já feita*” (Lourenço, 2016, p. 101, grifos do autor), sobretudo após a queda do *Ancien Régime* e a implementação oficial e paulatina do Libe-

ralismo em Portugal (1834). Portanto, a questão é muito mais profunda: o escritor não é um reacionário a justificar que tudo seria muito melhor em tempos idos; porém, no presente em névoa das incertezas, desencadeadas pelas crises no Portugal oitocentista, desde as invasões francesas (1807), o autor mira a História pregressa, a fim de discutir o presente e o futuro: “É ao passado e no passado — mas por causa do presente” (Lourenço, 2016, p. 105). Além disso, traz à baila outras reflexões presentes ao longo do século XIX e acredita que seria possível instruir pela ficção, conforme discorre em “A velhice”⁶:

Quando o carácter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as crônicas desenharam esse carácter com pincel firme, o romancista pode ser mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que está morto pelo coração do que vive, o génio do povo que passou pelo povo que passa. Então de um dito, ou de muitos ditos ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos [...] não traduzidos, até, materialmente; de um facto ou de muitos factos deduz um afecto ou muitos afectos, que se não revelaram. Esta é a história íntima dos homens que já não são [...]. Quem sabe fazer isto chama-se Scott, Hugo, ou De Vigny, e vale mais e conta mais verdades que boa meia dúzia de bons historiadores. / Porque estes recolhem e apuram monumentos e documentos, que muitas vezes foram levantados ou exarados com o intuito de mentir à posteridade (Herculano, 19-- , p. 103-104)

Pelo que se afirma ao fim do excerto supratranscrito, Herculano tem consciência de que muitas das documentações consultadas cientificamente pelos historiadores partem de intenções que devem ser levadas em consideração: muitas vezes, são escritos bastante posteriores aos acontecimentos; outras vezes, são financiados para que sejam lavrados sob um ponto de vista, privilegiando uma esfera em detrimento de outras; há também de se levar em consideração o momento histórico em que foram redigidos. Em suma: não pretendemos aqui entrar em pormenores de teoria da História, mas é notório que Herculano, também como historiador, tem ciência da complexidade de um documento. E, segundo ele, o romance histórico — que o escritor filia a outros eminentes autores — consegue, por vezes, apreender melhor, pela elaboração estética e pela dedução, a “história íntima” de uma sociedade. Contudo, Herculano não despreza os documentos: é pela investigação feita sobre eles que um autor de ficção, ao se deparar com algum pequeno detalhe, pode elaborar uma narrativa que, com personagens e falas, desvele certas crenças e consciências do passado. Levemos em consideração, entretanto, que também um autor de romance histórico está imerso em um contexto e, igualmente, tem as suas intenções ao narrar uma história.

Pensemos, todavia, como esse discurso do “[...] ensinar, deleitando, na crença profunda de que a melhor maneira de divulgar os feitos da nação pretérita será transformar em arte, passagens históricas mais ou menos conhecidas” (Marinho, 1999, p. 18) ressoa em “O Bispo Negro (1130)”, já reformulado e coligido em **Lendas e Narrativas**:

Aproximava-se o meado do duodécimo século. O príncipe de Portugal Afonso Henriques, depois de uma revolução feliz, tinha arrancado o poder das mãos de sua mãe. Se a história se contenta com o triste espetáculo de um filho condenando ao exílio aquela que o gerou, a tradição carrega as tintas do quadro, pintando-nos a desditosa viúva do Conde Henriques a arrastar grilhões no fundo de um calabouço. A história conta-nos o facto; a tradição, os costumes. A história é verdadeira, a tradição verossímil; e o verossímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria. (Herculano, 19--., p. 56)

Tal excerto não figura em “O Cronista (1535)”, publicado em **O Panorama**, mas fora acrescentado em “O Bispo Negro (1130)” e há uma possível justificativa: no folhetim, a narrativa está ambientada na cidade de Évora, em 1535, e a trama se inicia com a visita de Fernão Cardoso (séc. XVI) à casa de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1474-1538), para uma ceia. Em tal domicílio, vivia também o mestre cantor, Pêro do Porto (c.1465-c.1535) ou Pedro Escobar, e, igualmente, uma serva, de nome Clara. Ou seja, excetuando a mulher, todas as outras personagens possuem referenciais históricos: viveram entre os séculos XV e XVI e foram refiguradas ficcionalmente na narrativa de Herculano. Aliás, esses três homens foram marcantes para a cultura erudita de Portugal: Cardoso se notabilizou por uma obra satírica; Acenheiro fora um bacharel em cânones e cronista; Pêro do Porto deixou um tanto de composições musicais. Feita essa necessária consideração, consideremos que, em “O Cronista (1535)”, é Acenheiro que lê, no século XVI, portanto, a crônica dos enfrentamentos do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques (c.1106-1185), com o legado papal — sendo que a figura do cardeal-legado não era apenas um mensageiro, mas representava a própria pessoa do Papa, em sua importância religiosa e política para a cristandade. Finaliza-se da seguinte maneira o excerto da narrativa, publicado a 21 de setembro de 1839: “O licenciado ergueu-se: foi buscar o manuscrito: abriu-o, e leu o que virá no seguinte capítulo” (Herculano, 1839, p. 304).

A fim de retomar o que fora veiculado na edição anterior, a publicação de “O Cronista (1535)”, de 28 de setembro do mesmo ano, principia assim: “E o licenciado, correndo pelos olhos a antiga escritura, dizia desta maneira:” (Herculano, 1839, p. 305). Atentemos: há recursos estilísticos empregados para a continuação da narrativa em folhetins, pois, na primeira tiragem, o narrador gera uma curiosidade sobre a história a ser narrada e, posteriormente, faz-se uma retomada da cena de Acenheiro com o códice para a leitura.

Esses recursos de estilo separam, portanto, “O Cronista (1535)” de “O Bispo Negro (1130)”, inclusive temporalmente: enquanto no folhetim é Acenheiro, personagem de ficção, que lê, em 1535, o manuscrito, no texto veiculado em **Lendas e Narrativas**, ambientado no século XII, a crônica teria servido como inspiração para o conto. No folhetim, o título é uma nítida remissão ao licenciado em cânones e, no tomo, o título da narrativa se refere a D. Soleima (séc. XII), bispo que teria sido nomeado pela vontade

de D. Afonso Henriques, após a sua querela com o antigo bispo de Coimbra, que resolvera seguir as ordens do Romano Pontífice. Por isso, os dois textos estão ambientados em momentos diversos, mas muito particulares da História de Portugal. Em “O Bispo Negro (1130)”, há a reflexão, dada pelo discurso narrativo, sobre a função ficcional — daquele que busca as lendas da pátria — e acerca da função historiográfica: mais uma vez, não nos estenderemos em questões teóricas, no entanto, vale notar que o narrador opta pelo verossímil e legendário, a fim de ensinar a História pela fruição do leitor. Em outras palavras: como Herculano redigira em “A velhice”, seriam essas formas verossímeis, construídas partindo de lacunas ou de afirmações nas crônicas documentais, que desvelariam os aspectos íntimos de uma sociedade, pois seria impossível reconstituí-la, em totalidade, como realmente fora. Em outras palavras: não deixa de ser uma opção interpretativa e o autor tem ciência disso:

A insistência dos autores de oitocentos na veracidade do narrado (de que são exemplos as inúmeras notas de rodapé ou de fim de texto, os prefácios ou posfácios), bem como o detalhe excessivo, a hiperpormenorização de descrições de cidades, indumentárias e costumes escondem a incapacidade real de reproduzir o passado, de conseguir aquilo a que, aparentemente, os escritores se propunham: a recriação de outras eras, a fim de ensinar História à burguesia saída das mudanças provocadas pela alteração da conjuntura sócio-política europeia. / [...] apesar das atestações contínuas de veracidade, Herculano tinha consciência da sua impossibilidade, desculpando-se, de forma elegante e convincente, de pequenas incongruências ou falta de rigor. (Marinho, 2013, p. 165)

Como bem propõe Marinho, o ato de remontar o passado não pode ser perfeito e, ao saber disso, Herculano opta por justificativas, como as que vimos. Todavia, vale mencionar que ao alterar o período histórico de ambiência das narrativas do folhetim para o livro, o autor também faz uma mudança de escopo temático, o que ainda abordaremos neste trabalho.

Voltemos, entretanto, às notas. Reflexões semelhantes entre História e tradição, presentes no corpo de “O Bispo Negro (1130)”, estavam já descritas em “O Cronista (1535)”, porém, em nota de rodapé:

Na crónica de Acenheiro, a história dos primeiros reinados é um tecido de quantos erros e fábulas corriam entre o vulgo, no princípio do século 16º, acerca daquelas épocas: esses erros e fábulas constituem, porém, parte da poesia da história: foi esta que quisemos aproveitar. Pondo na boca do cronista o que vamos escrevendo, [...] Nós procuramos desentranhar do esquecimento a poesia nacional e popular dos nossos maiores: trabalhamos por ser historiadores da vida íntima de uma grande e nobre, e generosa nação, que houve no mundo, chamada a nação portuguesa, a qual ou já não vive, ou se vive, já nem ao menos tem esforço, ou virtude para morrer sem infâmia. (Herculano, 1839, p. 306, grifos nossos)

A nota remete, exatamente, às mesmas justificativas do narrador de “O Bispo Negro (1130)”, mas também ao que já lemos no excerto de “A velhice”: para a composição do texto literário, interessa-lhe a crônica de Acenheiro, que embora seja uma “colcha de retalhos”, ou seja, a junção costurada de muitas tradições legendárias precedentes, desvela o “espírito dos séculos”: as crenças íntimas e os costumes de outras eras, muito mais que a rígida documentação. Em suma: era mister, em meio às crises, também mencionadas na nota da narrativa, dar a conhecer o passado pátrio de Portugal, pois “[...] o grande público lê com mais facilidade um romance que uma obra científica” (Marinho, 1999, p. 16). Relata-se, ainda, na nota de “O Cronista (1535)”, as críticas que o escritor teria recebido por refigurar os episódios legendários em narrativas de ficção: “Não confundamos ideias; — o extra-histórico não é o contra-histórico” (Herculano, 1839, p. 306). Isto é: aquilo que não é o oficial ou cientificamente comprovado, quando utilizado pela ficção, pode auxiliar os leitores a entenderem o que ajudou a formar a nacionalidade — *tópos* na produção literária oitocentista.

A PASSAGEM DE “O CRONISTA (1535)” PARA “O BISPO NEGRO (1130)”

Passemos a uma análise comparativa das edições folhetinesca com a que veio a lume em **Lendas e Narrativas**. O primeiro excerto é de “O Cronista (1535)” e o segundo é de “O Bispo Negro (1130)”, relatando o despertar de D. Afonso Henriques e a descoberta que Coimbra fora excomungada pelo legado pontifício:

O galo tinha cantado três vezes: pelo arrebol da manhã o cardeal partia aforradamente de Coimbra, cujos habitantes dormiam ainda repousadamente. / El-rei foi um dos que despertaram mais tarde. Os sinos harmoniosos da sé costumavam acordá-lo tocando as ave-marias: naquele dia ficaram mudos; e quando ele se ergueu havia mais de uma hora que o sol subia para o alto dos céus, da banda do oriente. (Herculano, 1839, p. 308, grifos nossos)

O galo tinha cantado três vezes: pelo arrebol da manhã, o cardeal partia aforradamente de Coimbra, cujos habitantes dormiam ainda repousadamente. / O príncipe foi um dos que despertaram mais cedo. Os sinos harmoniosos da sé costumavam acordá-lo tocando as ave-marias: mas naquele dia ficaram mudos: e, quando ele se ergueu, havia mais de uma hora que o sol subia para o alto dos céus da banda do oriente. (Herculano, 19-- , p. 67-68, grifos nossos)

Inicialmente, os dois trechos dão notícias idênticas: o cardeal saiu muito cedo e livremente da cidade, após deixar a excomunhão por divergências com o rei. Há, ainda, a menção do canto do galo — três vezes — em ambas as narrativas: isso pode remeter ao Evangelho de João (13, 36-38), quando Pedro — que, segundo a tradição católica, fora o primeiro Papa — nega ser apóstolo de Jesus, em meio ao processo de condenação, na Paixão

de Cristo. Isso não nos parece ingênuo, dado que os dois textos narrativos de Herculano, mesmo com as correções para o volume, abordam a temática ultramontana. Em outras palavras: no contexto em que foram publicados, pode ser uma remissão ao Papa (sucessor de Pedro) que renega a Cristo ao recrudescer a disciplina eclesiástica. Depois, há outras modificações: alguma pontuação acrescentada em “O Bispo Negro (1130)” e também o acréscimo de uma conjunção adversativa. No entanto, o que chama a atenção é que há uma modificação em denominar D. Afonso Henriques, primeiramente, como rei e, posteriormente, como príncipe e a questão do momento em que ele se desperta: em “O Cronista (1535)”, o soberano acorda tarde, enquanto no texto de **Lendas e Narrativas**, o monarca é um dos primeiros a despertar. Qual é o sentido dessa modificação? Possivelmente, em “O Bispo Negro (1130)”, o discurso narrativo queira construir a personagem de um príncipe atento e muito cioso. Isso se justifica porque a ficção publicada em tomo tem por escopo temático as origens da independência de Portugal, com ações humanas, e enfrentamentos, inclusive às forças externas — o Papa. Ou seja, não deixa de abordar, ainda que mais ao largo, o Ultramontanismo — interpretando, com o olhar oitocentista, as ações de D. Afonso Henriques, filho da Idade Média. “O Cronista (1535)”, por sua vez, mira, em seu escopo temático, exatamente o Ultramontanismo — também interpretando, nos discursos narrativos e das personagens, as ações papais, segundo as crenças liberais do século XIX.

Se compararmos, ainda, a resposta do legado papal, que foi forçado a reconsiderar o édito de excomunhão de Coimbra, porque D. Afonso Henriques não aceitou libertar a própria mãe — conforme o que narra a tradição — encontraremos, o uso do termo, no texto folhetinesco, “cadeira de S. Pedro” (Herculano, 1839, p. 309). No livro, no mesmo discurso direto da personagem do legado, aparece a expressão “cadeira apostolical” (Herculano, 1949, p. 265), em remodelação ao que estava em “O Cronista (1535)”. O que há, nesse particular, é apenas alguma alteração de expressão, que, na verdade, denominam a mesma coisa, pois ambas se referem à cátedra papal.

Há, ainda, outra alteração importante entre as duas narrativas e ela se justifica pela cronologia e ambiência temporal. Em “O Cronista (1535)”, Acenheiro principia a leitura do códice da seguinte maneira: “Houve um tempo em que a sé de Coimbra era formosa; houve um tempo em que essas pedras, ora tismadas pelos anos, eram pálidas, como as margens areentas do Mondego” (Herculano, 1839, p. 305, grifos nossos). A descrição da Sé de Coimbra, entre o que fora e o que se tornou, e comparada às margens claras do Rio Mondego, também é figurada em “O Bispo Negro (1130)”, no início da narrativa, porém com alguns acréscimos: “Houve tempo em que a velha catedral conimbricense, hoje abandonada de seus bispos, era formosa; houve tempo em que essas pedras, ora tismadas pelos anos, eram pálidas, como as margens areentas do Mondego” (Herculano, 19-- , p. 56, grifos nossos). Percebamos que, o que era apenas “Sé de Coimbra”, no folhetim, passa a ser denominada “pela expressão a velha catedral conimbricense”: isso não é apenas um detalhe ingênuo, pois, na verdade, desvela a atenção de Herculano na revisão do texto, já que, em “O Cronista (1535)”, tal trecho está descrito em um manuscrito, lido de viva voz pelo licenciado em câno-

nes, no século XVI: portanto, a catedral, como sede episcopal, não havia ainda sido transferida de Santa Maria de Coimbra (atual Sé Velha) para o templo do Colégio do Santíssimo Nome de Jesus — o que ocorreu somente em 1772 — após o édito da expulsão dos jesuítas (1759). Já em “O Bispo Negro (1130)”, o excerto não fora elaborado como a leitura de um códice e somente em uma nota final ao texto literário, o leitor terá as notícias de que o conto foi baseado nas crônicas de Acenheiro: “A lenda precedente é tirada das crônicas de Acenheiro, rol de mentiras e disparates publicado pela nossa Academia, que teria procedido mais judiciosamente em deixá-las no pó das bibliotecas, onde haviam jazido em paz por quase três séculos” (Herculano, 1949, p. 73, grifos nossos). Sobre isso, Paulo Motta Oliveira explica outro recurso estilístico presente em ambas as narrativas de Herculano:

Outra das posturas narrativas [...] é caracterizada pela existência de duas vozes: de um lado a do narrador de tradições, de outro a do historiador, que analisa os materiais justamente para poder separar o que é *história* daquilo que é *lenda*. Enquanto a primeira das vozes é a responsável pela narrativa do conto propriamente dita, a segunda aparece principalmente nas notas. Essa presença de uma *dupla voz* percorre todo o texto. (Oliveira, 2000, p. 135-136, grifos do autor)

Há, portanto, nas notas outra voz, distinta do narrador. Algumas dessas notas explicativas perpassam “O Cronista (1535)” e são mantidas em “O Bispo Negro (1130)”. Em outros termos: essas notas são tentativas elucidativas e atuam como em um texto científico ou acadêmico, pois explicam assuntos laterais, mas importantes, ou aquilo que nem sempre cabe justificar no corpo do texto. Portanto, a lenda descrita por Acenheiro, segundo a nota final, serve para embasar a narrativa de ficção, mas não como documento de rigor historiográfico: daí, a crítica feita, em nota, à Real Academia de Ciências de Lisboa, que, em 1824, reeditou a crônica de Acenheiro: o discurso da nota declara que era melhor que o texto continuasse esquecido no “pó das bibliotecas”, todavia, a liberdade criativa pode revisita-la: ali seria o seu lugar, não como escrito científico, em publicação por um órgão português de promoção das ciências, mas em um texto que busca o factível, conforme já verificamos.

Herculano foi muito cuidadoso nesses detalhes ao reeditar o texto do folhetim para o livro: como declara Chartier, é um caso de “mobilidade textual”, decidida pelo próprio autor (Chartier, 2022, p. 14). Além disso, há

As modalidades de inscrição dos textos, o formato do livro, a paginação, a ilustração, as escolhas gráficas, a pontuação são elementos materiais e visuais que contribuem para as diversas significações de uma “mesma” obra. É estreita, portanto, a relação entre a materialidade do texto e a mobilidade da obra. (Chartier, 2022, p. 14-15, grifos nossos)

No caso de “O Cronista (1535)” e de “O Bispo Negro (1130)” estamos, obviamente, tratando de dois textos que, embora tenham a mesma origem, tomaram outras configurações, outras ambiências, outros escopos temáticos, outras personagens e, por fim, são dois contos diversos. O próprio **Lendas e Narrativas**, em tomos, passa a ser um veículo de publicação

bastante diferente de **O Panorama**: pensemos, a título de exemplificação, como o semanário poderia ser mais popular, cumprindo com os ideários enciclopédicos, conforme já verificamos. Todavia, um periódico é também muito mais suscetível ao apagamento se comprável a um livro, pois já em sua materialidade é mais frágil e feito, obviamente, para a rápida circulação. Herculano tinha consciência disso, quando resolve coligar em tomos as narrativas outrora veiculadas em jornais, como também já explanamos ao início deste estudo.

Contudo, Chartier menciona ainda outros recursos visuais e materiais que reforçam a mobilidade textual: ao verificarmos **O Panorama** de 28 de setembro de 1839, que traz a publicação de “O Cronista (1535)”, na qual Acenheiro lê um códice antigo a mencionar a Sé de Coimbra, há no semanário uma ilustração do templo românico da cidade estampado acima do texto literário de Herculano: são os recursos visuais da imprensa — que poderiam também ser utilizados no livro — mas que, em **O Panorama**, integram a narrativa, permitindo um diálogo de linguagens — o que se vê e o que se lê. A imagem, no entanto, não fora publicada em **Lendas e Narrativas** para acompanhar a edição de “O Bispo Negro (1130)”.

O Panorama – edição de 28 de setembro de 1839, continuação de “O Cronista (1535)” – com a ilustração da Sé Velha de Coimbra, que constitui parte do texto folhetinesco.



Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1839/N126/N126_master/N126.pdf. Acesso em 12/11/2024.

Chamamos a atenção, no entanto, que, para além das modificações já referidas, há uma que está presente desde o título deste estudo: o escopo temático das narrativas. Cardoso, em “O Cronista (1535)”, na reunião em que se dá a leitura de Acenheiro, declara “Que el-rei espera brevemente bulas do papa para haver em Portugal a santa inquisição” (Herculano, 1839, p. 303) e, enquanto Pêro do Porto ri, afirmando que não havia com o que se preocupar, pois ele mesmo não tinha ascendência judaica, o licenciado assevera:

[...] vai com isso el-rei dar mais força ao poder de Roma, que por nosso mal não é pequeno. [...] temo pela minha terra e pela minha nação [...] creio eu que mais cobiça, e falta de caridade, e luxúria há aí nos claustros e clerezias que por paços de senhores, praça de traficantes e mercadores. E por isso eu não quisera que a gente eclesiástica tivesse mais um caminho para satisfazer suas paixões desordenadas. [...] / Como cabeça da igreja muito se hão de venerar os papas; mas os papas são homens, e velho intento de todos eles é o acurvar as cervizes dos reis até lhes estes beijarem os rostos de suas alparcas (Herculano, 1839, p. 304, grifos nossos)

A fala de Acenheiro, circunscrita em 1535, carrega muitos dos ideários que foram cultivados, em maior medida, ao longo do século XIX. A Inquisição, por exemplo, estava na “ordem do dia” das discussões oitocentistas⁷, pois o Tribunal só deixou de existir em Portugal no bojo da Primeira Revolução Liberal (1821). Grosso modo, o Santo Ofício era visto como um atentado às liberdades individuais e um dos braços do *Ancien Régime*, a ser desmantelado pelo Liberalismo. Se retomarmos a narrativa de Herculano, perceberemos que há um diálogo histórico: de fato, em Portugal, o Santo Ofício foi instaurado em 1536, sob o reinado de D. João III (1502-1557) e Acenheiro enxerga, *avant la lettre*, na Inquisição um tentáculo de Roma — ou uma força Ultramontana — a intervir diretamente no reino: tanto é assim que o licenciado argumenta pela instituição papal, mas a separa da figura do pontífice, descrevendo-o como um homem com anseios de poder. É aí que, em “O Cronista (1535)”, passa-se a relatar as crenças do enfrentamento do primeiro rei de Portugal com o Papa: “Sabeis vós o que sucedeu a el-rei D. Afonso Henriques com o papa que era no seu tempo?” (Herculano, 1839, p. 304).

No excerto, há ainda o discurso anticlerical de Acenheiro, que desconfia que a gente tão corrompida dos claustros possa ser benévola, tendo tanto poder às mãos: as declarações do licenciado estão, obviamente, povoadas de discursos oitocentistas sobre a Inquisição e sobre as Ordens Religiosas, como sustentáculos do Absolutismo:

[...] os afloramentos da atitude anticlerical existem desde sempre na tradição cultural portuguesa. [...] [porém] o apogeu da visibilidade expressiva e sintomática do fenómeno anticlerical corresponde ao período compreendido entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. (Abreu, 2004, p. 35)

Após a leitura da crônica, em trecho que não está em “O Bispo Negro (1130)”, Acenheiro menciona que “[m]uitas há nas velhas crônicas [...] as virtudes dos nossos maiores” (Herculano, 1839, p. 309). Ou seja: ainda que não sejam os relatos verídicos, há muito que aprender com eles e, possivelmente nesse sentido, a ficção de Herculano os revisitou.

Retirados esses discursos claramente anticlericais e antiultramontanos, o que resta em “O Bispo Negro (1130)”?

 Certamente, a crítica ao Ultramontanismo também está presente no texto de **Lendas e Narrativas**, pois o próprio enredo, sem ser uma crônica lida por Acenheiro, tem como centralidade os enfrentamentos de D. Afonso Henriques com o legado pontifício. Como em “O Cronista (1535)”, o monarca combate com o cardeal-legado, afirmando: “Posto que de Roma só mal me tenha vindo” (Herculano, 19-- , p. 66). Depois, encolerizado, declara algumas questões de fé: “Ensinar-me a fé?! Tão bem em Portugal como em Roma sabemos que Cristo nasceu da Virgem; tão certo, como vós outros romãos, cremos na Santa Trindade” (Herculano, 19-- , p. 67). Ou seja: a fala do rei descortina que Portugal, mesmo em suas particularidades culturais, é tão católico quanto os que julgam deter o monopólio da fé.

Entretanto, sem a figuração da personagem do licenciado, o conto passa a evidenciar muito mais as origens do reino: há a descrição de forças políticas humanas, sem a intervenção divina, como queriam os que filia-vam as origens do reino ao milagroso aparecimento de Cristo a D. Afonso Henriques, na Batalha de Ourique (25 de julho de 1139)⁸. Sendo **Lendas e Narrativas** uma publicação de 1851, muito próximo à Polêmica de Ourique, querela que envolveu Herculano com setores do clero, após a publicação inicial de **História de Portugal**, podemos depreender que a alteração de “O Cronista (1535)” para “O Bispo Negro (1130)” pode ter-se dado nesse bojo de contendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance histórico oitocentista teve um papel pedagógico, tentando popularizar a História, propagando as tradições pátrias e discutindo os momentos-chave do passado, ainda que baseados em relatos legendários. O folhetim “O Cronista (1535)”, por exemplo, ambientado próximo à instauração da Inquisição em Portugal, é reeditado, em livro, sob o título de “O Bispo Negro (1130)”, circunscrito no momento da independência e da formação do reino. Ambos os momentos e as instituições estavam sendo discutidos no século XIX, dadas as crises e as fragilidades do país. Igualmente, as investidas ultramontanas e a supressão do Santo Ofício estavam em debate.

O que verificamos, no entanto, é como a reedição de um texto — com modificações significativas — pode, em diferentes veículos de publicação, mas também em uma distância temporal de 12 anos entre as edições do folhetim para o livro, modificar o escopo temático central das

narrativas: primeiramente, convergindo muito mais para as críticas ao Ultramontanismo; depois, porém, sem abandonar esses juízos, passando para uma discussão de maior empenho sobre as origens de Portugal, conforme as possíveis necessidades do período em que **Lendas e Narrativas** veio a lume.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luís Machado de. **Ensaio anticlericais**. Lisboa: Roma Editorial, 2004.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2011.

CHARTIER, Roger. **Editar e traduzir**: mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Editora UNESP, 2022.

HERCULANO, Alexandre. **Alexandre Herculano**: Obras completas: Lendas e Narrativas: Tomos I e II. Lisboa: Livraria Bertrand, 1970.

HERCULANO, Alexandre. A velhice. **O Panorama**: Jornal Literário e Instrutivo, Lisboa, 01º Ago 1840, p. 242-245.

HERCULANO, Alexandre. **Cenas de um ano da minha vida**. Lisboa: Livraria Bertrand, 19--.

HERCULANO, Alexandre. **Lendas e Narrativas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 19--.

HERCULANO, Alexandre. O Cronista – Viver e crer de outro tempo – 1535. **O Panorama**: Jornal Literário e Instrutivo, Lisboa, 21 Set 1839, p. 300-304.

HERCULANO, Alexandre. O Cronista – Viver e crer de outro tempo – 1535. **O Panorama**: Jornal Literário e Instrutivo, Lisboa, 28 Set 1839, p. 305-309.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da Saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. **O Labirinto da Saudade**: Psicanálise Mítica do Destino Português. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2016.

MARINHO, Maria de Fátima. A falsa ingenuidade de Herculano. In: MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (coords.). **Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, p. 165-176.

MARINHO, Maria de Fátima. **O romance histórico em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.

MENDES, Eduardo Soczek. Falácias do “destino crístico”: o Mito de Ourique (1139) e as respostas anticlericais de Alexandre Herculano (1810-1877). **Desassossego**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 147-172, jan/jun 2024.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Alexandre Herculano: malhas da história, armadilhas da ficção. In: BOËCHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessôa (orgs.). **Romance Histórico: recorrências e transformações**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000, p. 129-149.

SANTOS, Cristian. **Devotos e Devassos: Representação dos Padres e Beatas na Literatura Anticlerical Brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2014.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1985.

SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e Silva. **O Panorama (1837-1844): Jornalismo e Ilustração em Portugal na primeira metade de oitocentos**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

Recebido para avaliação em 30/11/2024.

Aprovado para publicação em 10/02/2025.

NOTAS

1 Doutor em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Paraná (2022). Professor substituto de Literatura Portuguesa, integrado ao Departamento de Literatura e Linguística (DELLIN), ao Centro de Estudos Portugueses (CEP) e à Cátedra Camões-José Saramago, da UFPR; edu.soczek@gmail.com.

2 Desses textos literários coligidos em **Lendas e Narrativas**, “O alcaide de Santarém (950-961)”, o primeiro da coletânea em volumes, foi veiculado, primeiramente, em **A Ilustração**, em 1845. Todavia, todas as outras produções vieram a lume em **O Panorama**, entre 1838 e 1844.

3 A ortografia foi atualizada conforme o acordo vigente (1990). Em obras publicadas em Portugal, mantivemos a grafia local.

4 “O Cronista — Viver e crer de outro tempo (1535)” veio a lume nas edições de 21 e de 28 de setembro de 1839, em **O Panorama**. Optamos por recorrer, em nossas análises, ao texto literário publicado em folhetins, por ter sido a última edição deixada pelo autor em vida.

5 O Ultramontanismo é a tentativa de reforçar a romanização institucional católica, interferindo, inclusive, nas Igrejas locais e nos ritos particulares que diferiam do rito romano, o mais comum na Igreja Católica. O movimento surge após as diversas revoluções inspiradas, sobretudo, pela Revolução Francesa (1789) como uma forma de reação aos ataques anti-eclesiásticos e secularizantes das agitações revolucionárias. Em suma, como bem propõe Cristian Santos (2014), “Os ultramontanos desejavam reformar a Igreja, tornando-a absolutamente dependente das decisões emanadas do pontífice romano. Trata-se, de um modo genérico, de uma tentativa de romanizar as Igrejas locais” (Santos, 2014, p. 74), que se espalha pela Europa, mas também por outros lugares. Segundo Luís Machado de Abreu (2004), “Em nome da liberdade e do rigor histórico, Herculano combateu o ultramontanismo e a violentação das consciências” (Abreu, 2004, p. 35). De fato, há muitos outros textos do escritor que abordam essa temática. Possivelmente, os mais conhecidos são as missivas, de 1876, que trocou com Bernardino de Barros Gomes (1839-1910).

6 “A velhice” foi veiculado na tiragem de 01º de agosto de 1840 de **O Panorama**, sob a seção “Moral” e contendo a seguinte informação: “Fragmento de um livro inédito” (Herculano, 1840, p. 242). Possivelmente, seria um projeto de obra que não veio a lume em tomos, ainda durante a vida do autor. Em suma, são textos que refletem sobre a Guerra Civil (1828-1834) entre os liberais e os absolutistas e o quanto de miséria essa peleja causou na vida concreta das pessoas. Vitorino Nemésio (1901-1978), estudioso do autor, reuniu, postumamente, esses textos de Herculano num livro que intitulou **Cenas de um ano da minha vida**. Todavia, em suas reedições da obra completa do escritor, pela Livraria Bertrand, apesar de trabalhar com

alguns originais, Nemésio alterou a configuração das produções de Herculano, justificando afinidades temáticas. Suprimiu, por exemplo, de **Lendas e Narrativas**, os textos “O pároco da aldeia (1825)” e “De Jersey a Granville (1831)”, sendo que esse último foi coligido no livro **Cenas de um ano da minha vida**.

7 Entre 1854 e 1859, por exemplo, Herculano publica **História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal**, como tréplica a setores do clero que o atacaram após a publicação de **História de Portugal** (1846). Recordemos, ainda, que, em 1871, Antero de Quental (1842-1891) também elenca, na alocução “Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos”, pronunciada nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, que a Inquisição e o enfraquecimento das Igrejas locais eram um dos motivos da derrocada das Espanhas.

8 De acordo com António José Saraiva e Óscar Lopes (1985), “O ano de 1850 é marcado pela polémica da batalha de Ourique. Atacado na imprensa e inclusive por pregadores no púlpito, Herculano riposta em *Eu e o Clero*, carta dirigida ao Patriarca de Lisboa, em cartas ao redator de *A Nação* e no opúsculo *Solemnia Verba*” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 764-765). A polémica rende inúmeras participações públicas e cartas privadas, pois o historiador havia, propositalmente, omitido, em sua obra, o mito do aparecimento de Cristo a D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique (Mendes, 2024, p. 149-152).